



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**

**RAFAEL DA SILVA SANTOS**

**A EDUCAÇÃO COMO DIREITO TERRITORIAL: O CASO DA  
COMUNIDADE SÃO RAFAEL - JOÃO PESSOA/PB**

João Pessoa - PB

2024

RAFAEL DA SILVA SANTOS

Em conformidade com a Resolução n. 07/2016/CCBLG/CCEN/UFPB, apresentamos o **Trabalho de Conclusão de Curso - TCC**, orientado pela Profa. Dra. Ana Carolina de Oliveira Marques, do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

João Pessoa - PB

2024

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S237e Santos, Rafael da Silva.

A educação como direito territorial : o caso da  
Comunidade São Rafael-João Pessoa/PB / Rafael da Silva  
Santos. - João Pessoa, 2024.

40 p. : il.

Orientação: Ana Carolina de Oliveira Marques.

TCC (Curso de Licenciatura em Geografia) - Gênero  
Artigo Científico - UFPB/CCEN.

1. Território. 2. João Pessoa-PB, Brasil  
sustentável. 3. EJA. 4. Pedagogia dos corpos. I.  
Marques, Ana Carolina de Oliveira. II. Título.

UFPB/CCEN

CDU 91(043.2)

ANEXO 4



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA

Resolução N.02/2021/CCBLG/CCEN/UFPB

PARECER DO TCC

Tendo em vista que o aluno (a)

Rafael da Silva Santos  
 cumpriu ( ) não cumpriu os itens da avaliação do TCC previstos no artigo 25º da Resolução N. 02/2021/CCBLG/CCEN/UFPB somos de parecer  favorável ( )  
desfavorável à aprovação do TCC intitulado:

Educação como direito territorial - o caso da  
Comunidade São Rafael - João Pessoa (PB)

Nota final obtida: 10,0

João Pessoa, 30 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Ana Carolina de Oliveira Marques  
Professor Orientador

Professor Coorientador (Caso exista)

[Assinatura]  
Membro Interno Obrigatório (Professor vinculado ao Curso)

[Assinatura]  
Membro Interno ou Externo

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e à minha irmã, com um agradecimento especial à minha mãe, Maria do Carmo da Silva, uma mulher de força e resiliência inigualáveis. Sua busca incansável para nos proporcionar amor, segurança e educação, um direito que lhe foi negado por toda a vida, foi a minha maior inspiração para realizar este trabalho.

À minha orientadora, Ana Carolina de Oliveira Marques, pela confiança, paciência e por todo o incentivo que me deu ao longo da construção deste trabalho.

À Suelídia Calaça, coordenadora do PET/Conexões de Saberes da UFPB, pela humanidade e pelo apoio demonstrado durante meu tempo como bolsista e voluntário no programa. Sou profundamente grato por todos os momentos que vivi no PET, um projeto que cumpre com excelência a missão de viabilizar o acesso e a permanência de jovens de origem periférica na universidade.

À todos os professores e professoras do curso de Licenciatura em Geografia.

À minha turma de 2016.2, composta por trabalhadores(as) que, após longos dias de trabalho, ainda enfrentaram o desafio de estar em sala de aula, partilhando comigo tanto as dificuldades quanto as inesquecíveis aulas de campo. Um agradecimento especial a Arielli, Lauren, Wellington, Felipe, Marcelo, Denis, Jailson e José Paulo.

Aos meus colegas de universidade, que se tornaram amigos e parceiros nesta caminhada, Carlos Gabriel, Pedro Alexandre e Patrick.

Aos moradores(as) da comunidade São Rafael, especialmente às estudantes da EJA entrevistadas neste trabalho, cujas trajetórias em busca da educação foram a base para minha pesquisa.

# **A EDUCAÇÃO COMO DIREITO TERRITORIAL: O CASO DA COMUNIDADE SÃO RAFAEL – JOÃO PESSOA/PB**

---

**Rafael da Silva Santos**  
*Universidade Federal da Paraíba*

## **RESUMO**

Este trabalho tece as conexões entre a luta pela educação e a luta pelo território na comunidade São Rafael, em João Pessoa (Paraíba). Sob a ameaça de desintegração comunitária pelo mega projeto “João Pessoa Sustentável” (BID), esta e outras comunidades à margem do Rio Jaguaribe enfrentam um desmonte sistemático de direitos básicos, entre eles a educação. Procedeu-se com um processo de investigação e escuta de sujeitos da comunidade, entrelaçando suas trajetórias escolares, no trabalho às percepções do momento atual da São Rafael. Em termos metodológicos, realizou-se a revisão bibliográfica, a consulta a fontes documentais, o trabalho de campo – incluindo entrevistas com residentes, lideranças da comunidade e estudantes da Educação de Jovens e Adultos da comunidade, a organização e produção de representações cartográficas, e a redação do texto. Por meio deste trabalho buscamos contribuir na construção da resistência contra as ações impositivas da prefeitura e dos demais organismos que pretendem desapropriar o território sob o mito do “desenvolvimento sustentável”. Além disso, buscamos mostrar como a educação oferecida na comunidade vem sendo desintegrada, principalmente com enfoque na Educação de Jovens e Adultos, fazendo com que muitos moradores desistam de estudar ou precisem se deslocar quilômetros para terem acesso à escola pública.

**Palavras-chave:** Território; João Pessoa Sustentável; EJA; pedagogia dos corpos.

## **ABSTRACT**

This paper weaves the connections between the struggle for education and the struggle for territory in the São Rafael community in João Pessoa (Paraíba). Under threat of community disintegration by the "Sustainable João Pessoa" mega-project (IDB), this and other communities on the banks of the River Jaguaribe face a systematic dismantling of basic rights, including education. A process of investigating and listening to the community's subjects was carried out, interweaving their school and work trajectories with their perceptions of São Rafael's current situation. In methodological terms, we carried out a literature review, consulted documentary sources, did fieldwork - including interviews with residents, community leaders and students from the community's Youth and Adult Education, organized and produced cartographic representations, and wrote the text. Through this work we aim to contribute to building resistance against the imposing actions of the city council and other bodies that want to expropriate the territory under the myth of "sustainable development". In addition, we seek to show how the education offered in the community has been disintegrated, especially with a focus on Youth and Adult Education, causing many residents to give up studying or to have to travel kilometers to access public schools.

**Keywords:** Territory; Sustainable João Pessoa; EJA; pedagogy of bodies.

## MEMORIAL

Antes da apresentação da problemática deste artigo, apresento um pouco da minha relação com a comunidade onde se deu a pesquisa. Nasci e me criei na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, na comunidade São Rafael, situada às margens do rio Jaguaribe.

Desde cedo, a minha relação com a comunidade São Rafael se deu através da educação e da luta por melhorias nas condições de vida e de acesso a bens e serviços públicos. Tive a oportunidade de crescer em um período muito rico em ofertas de educação para a comunidade. Por meio da ação de diversos organismos sociais, nacionais e internacionais, os moradores desfrutaram de variados projetos educacionais que conseguiram elevar o nível da educação oferecida para as crianças, jovens e adultos da comunidade.

Quando criança, iniciei minha trajetória escolar na escolinha da E.B.E (Entidade Beneficente Evangélica)<sup>1</sup>. A partir daí, tudo que aprendi sobre pertencimento, coletividade e afetividade ao meu lugar de origem, foi marcado pela influência da E.B.E na minha vida. Dentre as inúmeras ações realizadas pela E.B.E na comunidade, considero fundamentais para minha formação como indivíduo: a escolinha de alfabetização, o projeto social e a colaboração com a Compassion<sup>2</sup>, onde tive meu primeiro contato com pessoas de outros países.

Através da escolinha de alfabetização da E.B.E, fiz parte de uma geração de crianças que foram alfabetizadas dentro da comunidade (**Figura 1**). Esse feito me proporcionou confiança e segurança sobre as minhas capacidades enquanto estudante durante todo meu trajeto escolar.

**Figura 1:** Turma de alfabetização da escolinha do Nazareno em 2001.



Fonte: Próprio autor (2024).

---

<sup>1</sup> ONG vinculada à Igreja do Nazareno, que atuou por mais de 20 anos na comunidade. Para saber mais em:

<https://entidadebeneficente.blogspot.com/2008/08/ebe.html>.

<sup>2</sup> ONG cristã estadunidense que atua no apadrinhamento de crianças. Para saber mais em: <https://www.compassion.com/about/about-us.htm>.

Já as atividades do projeto social da E.B.E não se limitavam apenas aos estudantes da escolinha de alfabetização, também alcançaram as demais crianças e adolescentes da comunidade São Rafael e das comunidades vizinhas, a exemplo da Padre Hildon Bandeira. O projeto desenvolveu ações de combate à fome, atividades esportivas, apoio educacional com o reforço escolar, inserção dos adolescentes em cursos profissionalizantes.

A parceria entre a E.B.E e a Compassion promoveu ações de intercâmbio entre as crianças da comunidade e pessoas de outros países. Por meio desse trabalho, fui presenteado com a amizade de uma jovem garota estadunidense, chamada Kathryn Satoh. Durante anos, construímos uma bela amizade, que era mediada através de cartas, fotos e desenhos, enviados e traduzidos pela Compassion e recebidos por mim na sede da E.B.E.

Através desse projeto iniciei minha paixão pela Geografia. Lembro de achar fascinante a existência de outros lugares distantes. Enxergar a diversidade cultural e linguística dos povos me proporcionou uma visão de mundo mais ampla e menos estigmatizada.

Por viver numa comunidade localizada entre dois bairros com características urbanas e socioeconômicas superiores à São Rafael, Castelo Branco e Torre, a maioria dos bens e serviços públicos que tínhamos acesso, como escolas, hospitais, comércios, trabalhos, lazer, entre outros, estava localizada nestes bairros, sendo necessário fazer deslocamentos diários para acessar tais benefícios.

Nestes trajetos, aprendi a lidar desde cedo com as limitações e dificuldades enfrentadas por um morador da periferia. Atravessar a BR-230, cruzar o rio Jaguaribe por cima da precária ponte de ferro e andar a pé diversos quilômetros são atividades constantes na vida de todos os moradores da São Rafael. Devido a isso, participar de protestos e atividades coletivas de reivindicação por melhorias nas condições de vida, na mobilidade e no acesso a equipamentos públicos foram recorrentes na minha vida.

Graças à poderosa articulação coletiva e política que a comunidade possui, algumas conquistas foram realizadas, como a pavimentação das ruas, a passarela da Avenida Dom Pedro II e a construção da Unidade de Saúde da Família (USF) São Rafael. Embora haja outras que nunca chegaram a ser concretizadas, a exemplo da passarela sobre a BR-230.

Considero que todas estas experiências de vida foram imprescindíveis na minha formação pessoal, forjando as bases de meu caráter e personalidade. Devido a isso, criei uma forte relação afetiva e política com a comunidade, entendendo-a inseparável de seu território.

O meu exemplo é um entre muitos que vivenciaram a potência da comunidade São Rafael enquanto *locus* de formação humana, disputa da cidade e de fortalecimento de valores anticapitalistas como a solidariedade, o vínculo afetivo aos lugares/coletivos e a primazia do bem comum aos interesses individuais.

## **INTRODUÇÃO**

Às margens do rio Jaguaribe, na cidade de João Pessoa (Paraíba), se encontra uma comunidade centenária, denominada São Rafael. Assim como outras comunidades situadas em regiões de interesse do capital imobiliário, São Rafael enfrenta nos últimos anos um processo de desterritorialização em marcha.

Compreendemos o conceito de desterritorialização como o “processo de desenraizamento e enfraquecimento das identidades territoriais” (Haesbaert, 2003). Dessa forma, abordaremos o conceito de território a partir de uma perspectiva simbólica e cultural, em que ele se torna um produto de apropriação e valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço (Haesbaert, 2003).

A face mais notável deste processo de desterritorialização é a pressão de atores públicos e privados sobre as famílias da comunidade, forjando uma saída “espontânea” por meio de indenizações aquém dos valores dos imóveis da região. Há, porém, faces menos visíveis deste processo. Uma delas, objeto deste trabalho, é o cerceamento do direito de crianças, jovens e adultos da comunidade à educação.

O objetivo da pesquisa que resultou neste texto foi compreender as conexões entre a luta pela educação e a luta pelo território na comunidade São Rafael, em João Pessoa (Paraíba). Para tanto, foi necessário: 1. Entender os processos, atores e estratégias de disputa territorial em que a comunidade está envolvida; 2. Pautar o direito à educação neste contexto territorial; 3. Compreender as resistências e a luta (pela educação e pelo território) na comunidade.

Em termos de procedimentos metodológicos, a pesquisa transcorreu da seguinte forma: revisão bibliográfica; consulta a fontes documentais; trabalho de campo – incluindo entrevistas com residentes, lideranças da comunidade e estudantes da Educação de Jovens e Adultos da comunidade; organização e produção de representações cartográficas; redação do texto.

Na revisão bibliográfica, utilizamos como base para o levantamento histórico e geográfico da comunidade São Rafael, as obras de Lucena (2013), Nascimento (2012) e Souza (2013). As obras foram escolhidas por oferecerem um panorama histórico mais abrangente sobre a comunidade São Rafael e a cidade de João Pessoa. Também consultamos documentos oficiais da Prefeitura de João Pessoa e do BID para levantar dados acerca do programa João Pessoa Sustentável. Para as leituras sobre Educação de Jovens e Adultos, foram utilizadas as obras de Arroyo (2005, 2017), Freire (2011) e Nicodemos e Serra (2020).

Nas entrevistas com os residentes, lideranças da comunidade e com as estudantes da EJA, recorreremos às anotações registradas nos diários de campo durante as atividades da disciplina Pesquisa e Cotidiano Escolar<sup>3</sup> e gravações de áudio. A escolha das estudantes entrevistadas ocorreu por meio da indicação entre elas próprias. A organização e produção das representações cartográficas se deu através do aplicativo QGIS.

Este trabalho está estruturado em duas partes: Na primeira parte, apresentamos o contexto histórico e geográfico da comunidade São Rafael, destacando a relevância que seu território tem geograficamente na cidade, bem como sua centralidade no projeto João Pessoa Sustentável, e os atores de resistência da comunidade frente aos mecanismos de opressão. Na segunda parte, abordamos o direito à educação, com destaque à luta de alunos e alunas da EJA que precisam se deslocar alguns quilômetros para irem à escola, por limitações de oferta de todos os ciclos desta modalidade na comunidade.

Por meio deste trabalho buscamos contribuir na construção da resistência contra as ações impositivas da prefeitura e dos demais organismos que pretendem

---

<sup>3</sup> Disciplina optativa ofertada pela professora Ana Carolina de Oliveira Marques - Departamento de Geociências - UFPB.

desapropriar o território a troco de um falso desenvolvimento sustentável. Além disso, buscamos mostrar como a educação oferecida na comunidade vem sendo defasada e fragmentada, fazendo com que muitos moradores desistam de estudar ou precisem se deslocar quilômetros para terem acesso à escola pública.

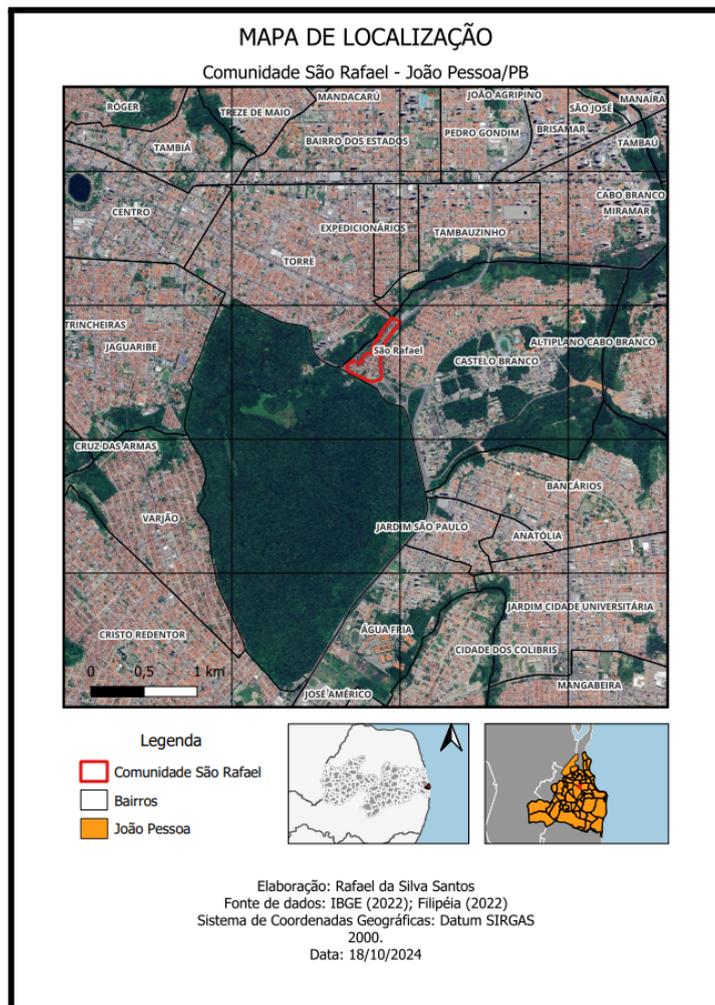
## 1 A COMUNIDADE SÃO RAFAEL - CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

*“Por que não constroem o muro agora?” [sem resposta]*

(Pergunta de um membro da comunidade São Rafael a representante do projeto João Pessoa Sustentável, em live do dia 05, disponível no perfil s.o.s8comunidades)

A Comunidade São Rafael está localizada no bairro Castelo Branco III, na cidade de João Pessoa, situada na bacia do rio Jaguaribe, nas imediações do Jardim Botânico e do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Buraquinho<sup>4</sup>. A comunidade desfruta de uma posição geográfica estratégica (**Figura 2**): próxima a universidades, centro comercial, equipamentos de saúde etc.

**Figura 2:** Localização da comunidade São Rafael, João Pessoa-PB.



**Fonte:** Próprio autor (2024).

<sup>4</sup> Unidade de Conservação de Proteção Integral instituída pelo Decreto N° 35.195, de 23 de Julho de 2014.

A proximidade com as principais avenidas da cidade (BR-230, Avenida Dom Pedro II, Avenida Epitácio Pessoa e Avenida Beira Rio) garante rápido acesso a diversos bairros e zonas da cidade. A centralidade geográfica da comunidade contribui para consolidar o interesse e a valorização dessa região pelo capital imobiliário.

A origem da comunidade vem da antiga Fazenda São Rafael, também conhecida como Granja São Rafael, que ocupava a área onde o território está situado atualmente. No início do século XX, com a finalidade de cultivar hortaliças destinadas ao abastecimento da cidade, a fazenda foi adquirida pelo Governo do Estado da Paraíba e transformada na Estação Experimental do Litoral (Lucena, 2013).

É relevante destacar que, nesta época, a extensão territorial da fazenda abrangia não apenas o local da comunidade, mas também incluía a Mata do Buraquinho, bem como a área do bairro dos Bancários, Santa Clara e Dorotéias. No mesmo período, cerca de 12 famílias brasileiras e 5 famílias japonesas desempenhavam atividades agrícolas e pecuárias na região onde hoje se localiza a comunidade e o bairro do Castelo Branco (Lucena, 2013).

Entre as décadas de 1950 e 1970 a fazenda foi sendo desmembrada e uma série de equipamentos urbanos foram sendo construídos na região, a exemplo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a BR-230 e a Avenida Dom Pedro II. (Lucena, 2013). Aliado a isso, o crescimento populacional da cidade nessas décadas impulsionou a favelização das áreas mais próximas do rio:

O processo de favelização no vale do rio Jaguaribe é fruto de um constante e intenso fluxo migratório em especial causado pela expulsão de trabalhadores do campo, seja pelas transformações na organização da produção seja pelas secas prolongadas nas regiões áridas da Paraíba (Sertão, Borborema e Agreste). (Lucena, 2013, pág. 74-75).

A população de baixa renda, principalmente oriunda de áreas rurais, passou a ocupar as margens do rio Jaguaribe. Quando a fazenda foi totalmente desmembrada, a área passou a ser chamada de favela São Rafael e, mais tarde, foi reconhecida como comunidade São Rafael.

A partir da década de 1980, durante a gestão de Wilson Braga, o Governo do Estado da Paraíba iniciou um tímido processo de urbanização na comunidade, substituindo antigas casas de taipa por construções de alvenaria e pavimentando algumas ruas (Lucena, 2013). Iniciativa que viabilizou a permanência das famílias na área.

**Figura 3:** Fotografia aérea de 1989 de parte da bacia do rio Jaguaribe.



**Figura 35:** Fotografia aérea de 1989. Destaque para as favelas Padre Hildon Bandeira (azul), Brasília de Palha (verde) e São Rafael (vermelho).  
Fonte: PMJP, 2012.

**Fonte:** Nascimento, Ana Caroline Aires Vieira do. (2012, p. 96).

Pela fotografia acima, notamos o estágio avançado de urbanização da área no final da década de 1980, cujo traçado das ruas testemunha a ação de planejamento estatal. Destoam deste traçado retilíneo/ordenado, exatamente as comunidades (designadas favelas) destacadas, com contornos coloridos, na versão original em que a fotografia fora exposta: a Comunidade São Rafael (vermelho), a comunidade Padre Hildon (azul) e a comunidade Brasília de Palha (verde). Pela fotografia, é também visível a área de mata (Mata do Buraquinho) e a BR-230 (transamazônica).

Atualmente a comunidade São Rafael é uma das mais antigas da cidade de João Pessoa. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, haviam 1.326 moradores na comunidade, distribuídos em 370 domicílios. Com uma média de 3,6 moradores por domicílio. Já os dados mais recentes sobre a população da comunidade são provenientes do site Panorama Censo 2022, que informa que, em 2022, a população residente na comunidade era de 1.248 pessoas.

A comunidade possui em seu território um Unidade de Saúde da Família (USF), uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e uma pequena praça, além disso, uma diversidade de templos religiosos, dentre eles: quatro igrejas cristãs (uma católica e três protestantes), um centro espírita e um terreiro de matriz africana.

A comunidade tem sua vida cultural e política bastante ativa, possuindo um time de futebol amador, o São Rafael Futebol Clube e alguns organismos de participação comunitária, como: a Rádio Comunitária Voz Popular; o Banco Comunitário Jardim Botânico que introduziu a Orquídea como moeda oficial da comunidade; a Padaria Comunitária São Rafael; o Ponto de Cultura Voz da Periferia e o Centro Comunitário de Economia Solidária Paul Israel Singer. Todos esses organismos foram estabelecidos pelo Instituto Voz Popular (IVP), fundado na comunidade em 2005 (Instituto Voz Popular, 2018).

Ao longo da história da São Rafael, esses organismos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de iniciativas educativas, políticas e socioeconômicas colaborando ativamente com parceiros internos e externos à comunidade. O principal propósito destes organismos é fomentar o acesso à cidadania para os moradores da comunidade e aprimorar a educação das crianças e adolescentes locais.

Entre os principais atores internos, destaca-se o Instituto Voz Popular, anteriormente chamado de Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), responsável pela fundação das instituições supramencionadas.

No âmbito das instituições externas, merecem destaque a Associação de Prevenção à AIDS (AMAZONA), que foi a primeira organização externa a estabelecer vínculos com a comunidade, promovendo atividades relacionadas à educação sexual para crianças e adolescentes; a Association de Solidarité Internationale (ESSOR), que se destacou por seu compromisso com a profissionalização e geração de trabalho e renda na comunidade; a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que através da parceria com a comunidade, traz constantemente, atividades de extensão realizadas por diversos departamentos, além da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES), que mediou o processo de criação do banco comunitário e da moeda social Orquídea (Instituto Voz Popular 2018); por fim, o Hospital Alberto Urquiza Wanderley (UNIMED-João Pessoa), que financiou a formação de um coral composto por crianças e jovens da comunidade, alcançando reconhecimento nacional ao ser convidado para se apresentar no Palácio do Planalto, em Brasília, no ano de 2010<sup>5</sup>.

**Figura 4:** Mosaico de imagens das paisagens da comunidade São Rafael.



**Imagem 01:** Associação de moradores da comunidade São Rafael. **Imagem 02:** Rio Jaguaribe. **Imagem 03:** Ponte férrea sobre o rio Jaguaribe. **Imagem 04:** Igreja católica e USF São Rafael. Ao fundo, torres de telecomunicações da Rádio Tabajara.

**Fonte:** Próprio autor (2023).

<sup>5</sup> Para saber mais em:

<https://www.unimedjp.com.br/noticia/coral-jovem-unigente-abrira-solenidade-em-brasilia-na-tarde-desta-quarta/4276>

As paisagens da comunidade resultam, portanto, de um processo centenário de construção de vínculos comunitários (políticos, redes de afeto, reprodução de saberes geracionais); de um planejamento urbano/estatal deliberadamente desigual e contraditório; de táticas de resistência forjadas ao longo desse tempo; da oscilação entre momentos de visibilidade (inclusive internacional) e invisibilidade da comunidade. A seguir, a mais recente e de maior magnitude ameaça de desterritorialização da comunidade São Rafael.

### 1.1 O Programa João Pessoa Sustentável e a luta pelo território

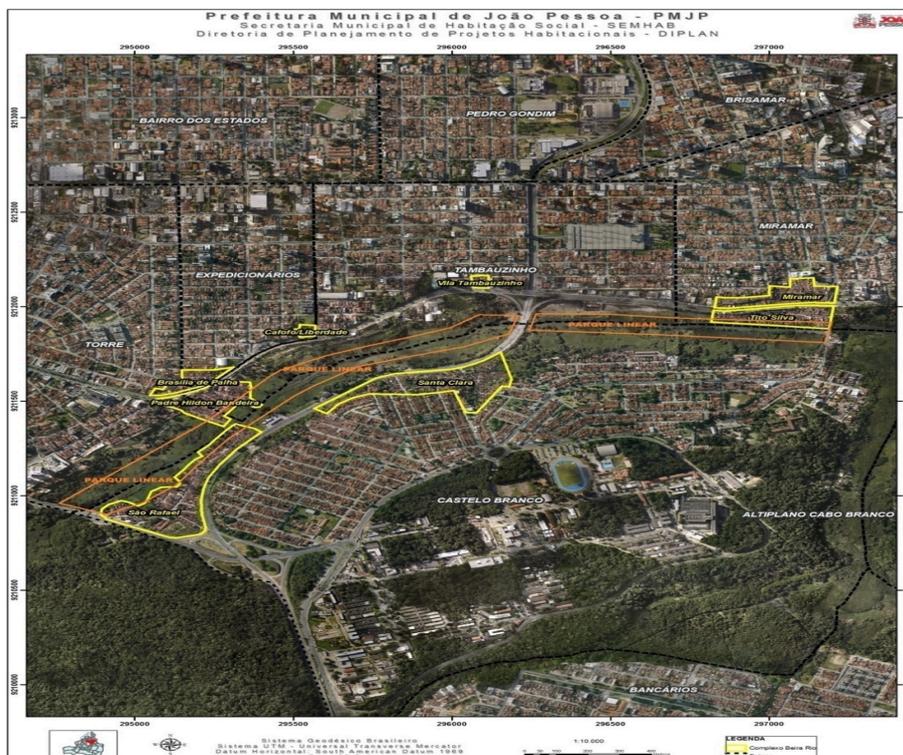
Nos últimos anos, a comunidade São Rafael e mais 07 comunidades, todas localizadas no vale do Rio Jaguaribe, vêm sofrendo com a ameaça de remoção de 851 famílias pela prefeitura, por meio do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa, mais conhecido como “João Pessoa Sustentável” (PMJP, 2020).

O programa foi criado no ano de 2013, sendo fruto da adesão da cidade de João Pessoa à Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), lançado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2011. A adesão ao ICES ainda conta com a parceria da Caixa Econômica Federal (João Pessoa Sustentável, 2014).

De acordo com o Plano de Ação do programa, “as atividades previstas totalizam investimentos de R\$1,25 bilhão, e montantes de pré investimento na ordem de R\$117 milhões” (PMJP, 2020).

Uma das áreas de atuação do programa é o Complexo Beira Rio (CBR), formado pelas comunidades São Rafael, Santa Clara, Tito Silva, Miramar, Vila Tambauzinho, Brasília, de Palha, Cafofo Liberdade e Padre Hildon Bandeira. Na **Figura 5**, estão selecionadas em amarelo as áreas de intervenção do Complexo Beira Rio.

**Figura 5:** Áreas de intervenção do Complexo Beira Rio.



**Fonte:** Plano Diretor de Reassentamento e Relocalização (2020).

Essas áreas correspondem aos territórios das oito comunidades que formam o complexo. Nessas áreas, as intervenções incluem a criação de conjuntos habitacionais e de um parque linear de 2,5 km de extensão seguindo a margem do rio Jaguaribe.

De acordo com o Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização, na área da comunidade São Rafael, será feito um projeto de urbanização que contará com: criação de áreas de permanência comuns, novas praças, melhorias na pavimentação e iluminação, integração da comunidade com o parque linear proposto e a requalificação de equipamentos da comunidade já utilizados pelos moradores (PMJP, 2024).

No entanto, para que todas essas mudanças sejam feitas, será necessário remover 226 famílias da comunidade (PMJP, 2024), conforme mostra a **Figura 6**:

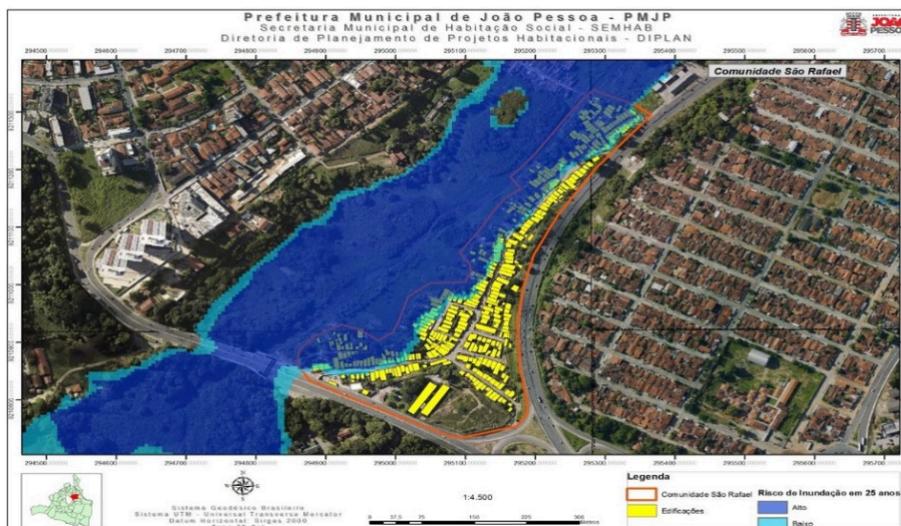
**Figura 6:** Mapeamento dos imóveis afetados.



**Fonte:** Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização (2024).

A prefeitura afirma que os domicílios afetados, também são alvo de inundações ou deslizamentos de terra, conforme mostra a **Figura 7**:

**Figura 7:** Mapa do risco de inundação da Comunidade São Rafael.



**Fonte:** Plano Diretor de Reassentamento e Relocalização (2020).

Por meio das redes sociais, os moradores questionam a metodologia usada na seleção das residências que serão removidas, alegando que o mapa inclui famílias que nunca enfrentaram alagamentos e que não vivem em áreas de risco (principais argumentos acionados). Como resultado, a falta de diálogo transparente tem gerado dúvidas entre os moradores e criou um clima de tensão em torno de toda a discussão. Eles também informam que o Escritório Local (ELO), criado pelo BID para agir como mediador entre o programa e a comunidade, não dialoga com a população local de maneira participativa.

Como forma de chamar a atenção do Ministério Público e da população da cidade em geral, os moradores do Complexo Beira Rio criaram uma página no Instagram chamada “s.o.s8comunidades”<sup>6</sup>, por meio dela eles articulam reuniões e protestos contra o programa, apelam por mais participação das comunidades na construção do projeto e propõem a execução do programa de forma participativa, evidenciando a real necessidade dos moradores do complexo. Como resultado da luta organizada dos comunidade, o Ministério Público e a Defensoria Pública da União realizaram visitas à comunidade com o intuito de ouvir as principais reclamações dos moradores e visualizar a real condição das casas que estão no plano de remoção do programa<sup>7</sup>.

Nos últimos anos, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tem produzido estudos e análises críticas do projeto João Pessoa Sustentável que tem ajudado a comunidade a questionar as ações da prefeitura e de suas entidades, bem como propor estratégias alternativas para a execução do programa. O projeto "A Nova Agenda Urbana e os ODS e sua relação com a implementação do "Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa": uma análise das agendas, ações, agentes e escalas envolvidas" (UFPB/CNPQ/2021/2022), é responsável por realizar análises críticas entre as relações contemporâneas de processos de urbanização e expropriação de populações vulneráveis às imposições das políticas neoliberais<sup>8</sup>.

O processo de desterritorialização envolvendo a comunidade e o projeto João Pessoa Sustentável ilustra uma realidade comum em muitas áreas urbanas, onde o discurso em prol da modernização e da sustentabilidade, muitas vezes, vêm à custa da população mais vulnerável. Esse processo, segundo Haesbaert, está “sempre ligado à dinâmica econômica que fragmenta os espaços, subordina os poderes políticos e condicionantes (quando não define) a reconfiguração de diversas estratégias identitárias.” (Haesbaert, 2003, p. 18).

Este breve relato dos embates que a comunidade vem travando com o setor público – enquanto representante de interesses privados – elucida as tensões territoriais mais evidentes que incidem sobre a vidas das famílias da São Rafael.

Neste trabalho, queremos elucidar processos que, ainda que menos evidentes, corroboram com a fragilização e precarização dos direitos sociais básicos da comunidade, em especial, o direito à educação. Entendemos que interditar o direito à educação reforça o sentido e a viabilidade da remoção das famílias de seus territórios.

## **1.2 IVP e Associação de Moradores: principais atores de resistência organizada da comunidade São Rafael**

---

<sup>6</sup> <https://www.instagram.com/s.o.s8comunidades/>.

<sup>7</sup> Para saber mais em: [https://www.instagram.com/p/C5dzbwjry\\_SI/](https://www.instagram.com/p/C5dzbwjry_SI/).

<sup>8</sup> Para saber mais em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st02-40.pdf>.

Além da Escola São Rafael, a comunidade contou historicamente com outros organismos que promoveram ações educativas, como a Entidade Beneficente Evangélica (E.B.E), que no início dos anos 2000, impulsionou a criação de uma escola de alfabetização infantil, popularmente conhecida como 'Escolinha do Nazareno', vinculada à Igreja do Nazareno (Souza, 2013).

Durante alguns anos essas duas escolas foram responsáveis pela alfabetização de grande parte das crianças da comunidade. No entanto, com o fim das atividades da escola de alfabetização da EBE, uma parte dos moradores da comunidade passou a direcionar os filhos para escolas dos bairros mais próximos, como Castelo Branco, Expedicionários e Torre.

O trabalho da E.B.E não se limitou por aí, por meio de projetos de evangelização e com o apoio de instituições estrangeiras como a Compassion e a ESSOR, a organização passou a promover atividades de educação não formal voltadas para as crianças e adolescentes da comunidade, atuando como uma espécie de reforço escolar no turno contrário ao das aulas regulares. Tal ação proporcionou uma maior aproximação da comunidade com a instituição e levou a criação de inúmeros projetos de cultura e resistência popular até hoje existentes na comunidade. Um desses projetos, herdado pela contribuição da E.B.E na comunidade, é o Instituto Voz Popular (Instituto Voz Popular, 2018).

Atualmente, o Instituto Voz Popular desenvolve diversas ações na comunidade, desde ações educativas com crianças e adolescentes da comunidade, até ações voltadas à economia solidária e gestão democrática participativa, junto às instâncias políticas da cidade. Junto com a Associação de Moradores (AMCSR), o instituto tem pressionado a prefeitura para que o programa João Pessoa Sustentável seja construído de maneira participativa, considerando as reais necessidades da comunidade, configurando-se como um dos principais atores de resistência ao projeto.

Durante o trabalho de campo, visitamos a sede do instituto, onde foi possível conversar com uma de suas principais lideranças. Segundo nosso informante, atualmente a escola São Rafael é utilizada como “cabide de funcionários fantasmas” e não atende a real demanda educacional dos moradores. Comparando o alcance do instituto perante a escola, o IVP acolhe cerca de 60 crianças e adolescentes da comunidade, proporcionando acesso a cursos e atividades culturais e educativas para um público de diversas idades e graus de escolaridade. De acordo com ele, existem propostas de atuação do IVP na escola, por meio do gerenciamento da escola através de uma Organização Social (OS) criada pelo instituto. Além disso, o instituto planeja ampliar sua sede com a participação coletiva da comunidade, propondo a criação de um espaço arborizado e sustentável.

Na sede do IVP também há semanalmente atividades recreativas e de bem-estar e saúde para os(as) jovens e idosos(as) da comunidade. Tais atividades proporcionam o fortalecimento das conexões entre os moradores e viabilizam acesso a outras maneiras de relacionamento social e comunitário. Dessa forma, as ações de resistência da comunidade, se configuram não apenas como uma luta pela preservação de seu espaço físico, mas também como uma afirmação de identidade, cultura e direitos.

## **2 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO TERRITORIAL**

O território, conceito amplamente elaborado na ciência geográfica, é um espaço sujeito a constantes disputas. De acordo com Haesbaert:

Território, então, pode ser definido como o espaço construído/construtor de relações de poder, tanto no sentido mais estritamente social (político-econômico e simbólico-afetivo) quanto no sentido da interação indissociável com as chamadas forças da natureza. (Haesbaert, 2023, pág. 6).

Nesse sentido, discutir sobre as problemáticas que envolvem o território e suas territorialidades, pressupõe adotar uma perspectiva integradora, voltada para a análise dos diversos atores que atuam na disputa por apropriação dos espaços. Portanto, assim como nossa classe, raça e gênero, nossa localização/posição geográfica também desempenha um papel importante em nossas experiências e identidades. Segundo Giordani e Giroto:

Pensar a educação pública como um direito territorial pressupõe afirmar o direito dos homens e mulheres, desde os territórios, de decidirem sobre suas próprias vidas, instituindo outras lógicas, racionalidade e práticas para além daquelas limitadas pela razão de mundo neoliberal. Trata-se de reconhecer os direitos dos sujeitos de redefinir, espacialmente, as relações de poder que marcam a vida cotidiana e que revelam as dinâmicas próprias de um modo de produção constituído com base na violência e na expropriação. (Giordani e Giroto, 2021, Pág. 264).

Trazer para o debate as experiências vividas pelos sujeitos nos diversos territórios é de extrema importância para a construção de um pensamento crítico sobre a sociedade e, principalmente, sobre o local em que vivem e se territorializam.

Inspirados na defesa do direito à educação territorial na comunidade São Rafael, buscamos entender a dinâmica de acesso à educação na comunidade e as principais demandas dos moradores. A seguir, apresentamos alguns pontos chave que emergiram dessa investigação.

## **2.1 O cerceamento do direito à educação: A escola São Rafael**

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo INEP em 2023, a Escola Estadual de Ensino Fundamental São Rafael oferece as modalidades de Ensino Regular, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Atendimento Educacional Especializado (AEE). A única etapa de ensino ofertada é o Ensino Fundamental I (Anos Iniciais).

A escola funciona no horário da manhã e da noite e tem oito funcionários (além das professoras), sendo dois administrativos, dois de serviços gerais, um para alimentação, um para a secretaria e dois seguranças. Em relação à infraestrutura, a escola possui em suas dependências: 2 salas de aula, 1 banheiro com acessibilidade, biblioteca, cozinha, refeitório, sala de diretoria, secretaria, aparelho de som, tv, computador, internet banda larga e tem acesso à água, energia, esgoto e coleta de lixo regular provenientes da rede pública. A escola conta com apenas dois professores/as.

Em 2023 a escola registrou 21 matrículas ao todo, sendo 7 matrículas no Ensino Fundamental (três no 1º ano e quatro no 2º ano) e 14 matrículas na Educação de Jovens e Adultos. Durante visita exploratória à escola (**Figura 8**) em abril de 2023, organizada pela disciplina de Pesquisa e Cotidiano Escolar, ministrada no curso de

Geografia Licenciatura da Universidade Federal da Paraíba, tivemos a oportunidade de vivenciar um pouco da realidade escolar e conferir pessoalmente as informações disponibilizadas no censo escolar.

**Figura 8** - Imagens coletadas em visita exploratória à EEEF São Rafael em abril de 2023.



**Imagem 01:** Escola São Rafael. **Imagem 02:** Banheiro da escola fechado. **Imagem 03:** Sala de aula. **Imagem 04:** Biblioteca da escola.

**Fonte:** Próprio autor (2023).

Neste período, a escola possuía duas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental I no turno da manhã e duas turmas noturnas da EJA, nos Ciclos 1 e 2. Haviam apenas 3 alunos(as) em cada turma do Ensino Fundamental e 14 alunos(as) matriculados na EJA. No dia da visita a diretora estava de férias e fomos recebidos pela secretária da escola, além dela, estavam presentes duas professoras e duas funcionárias administrativas.

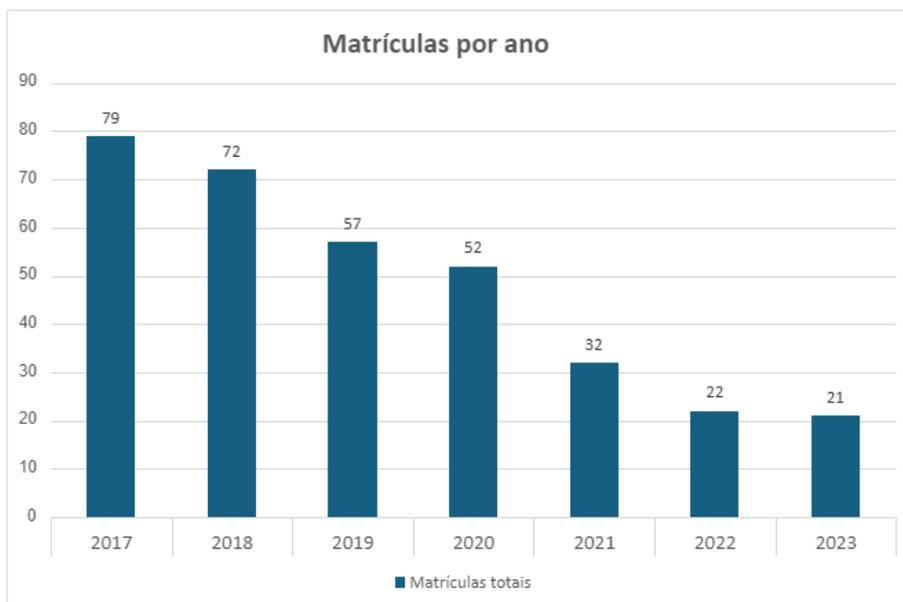
A secretária, que também é ex-moradora da comunidade e fez parte da primeira geração de alunos da escola, informou que o prédio nunca tinha passado por reformas, a estrutura da escola encontrava-se bastante precária, havendo inclusive problemas no encanamento do banheiro.

Enquanto andávamos pela escola, foi possível sentir o imenso desconforto térmico dentro das salas de aula e visualizar goteiras no teto das salas de aulas. Ao lado das salas de aula ficam a biblioteca, a cantina, o banheiro e a sala da direção e do lado de fora um pequeno pátio coberto. Todos os ambientes estão muito próximos, apenas separados por portas e grades. Durante o tempo que ficamos na escola acompanhamos a atuação da dentista do PSF com os alunos do ensino fundamental. Também foi nos informado que há dias na semana em que equipes de professores/as e estudantes da UFPB realizam atividades educativas e exercícios físicos com os idosos da comunidade no pátio da escola.

Como se vê no **Gráfico 1**, devido a queda no número de matrículas nos últimos anos, a escola estava prestes a ser fechada, no entanto, graças aos esforços da direção em insistir junto à Secretaria de Educação do Estado na permanência das séries iniciais do Ensino Fundamental I e na contratação de um carro de som para chamar a atenção dos moradores para a oferta de vagas, a escola manteve-se

aberta. Mesmo diante dos esforços da direção, a procura por matrículas no ano corrente manteve-se baixa.

**Gráfico 1** - Matrículas totais da EEEF São Rafael nos anos de 2017 a 2023.



**Fonte:** Adaptado de INEP (2024).

De 2017 a 2023, o número de matrículas totais por ano na EEEF São Rafael caiu consideravelmente, indo de 79 matrículas em 2017 para 21 matrículas em 2023. Esses números revelam uma redução de 74% nas matrículas durante o período analisado, tendo a maior queda entre os anos de 2020 a 2023, onde a diminuição foi de 60%.

A escola também enfrenta a falta de apoio da própria comunidade para que se mantenha aberta. De acordo com relatos adquiridos em campo, existe uma antiga demanda da comunidade para que a escola seja transformada numa creche (**Figura 9**), pois assim atenderia um maior número de pessoas da comunidade, que precisam deslocar as crianças pequenas para creches nos bairros vizinhos. Também há uma grande procura pela ampliação do ensino fundamental e médio na modalidade EJA, por parte dos moradores mais velhos.

**Figura 9** - Graffiti feito na praça da comunidade com a frase: creches são assistência básica para as mães de periferia.



**Fonte:** Próprio autor (2024).

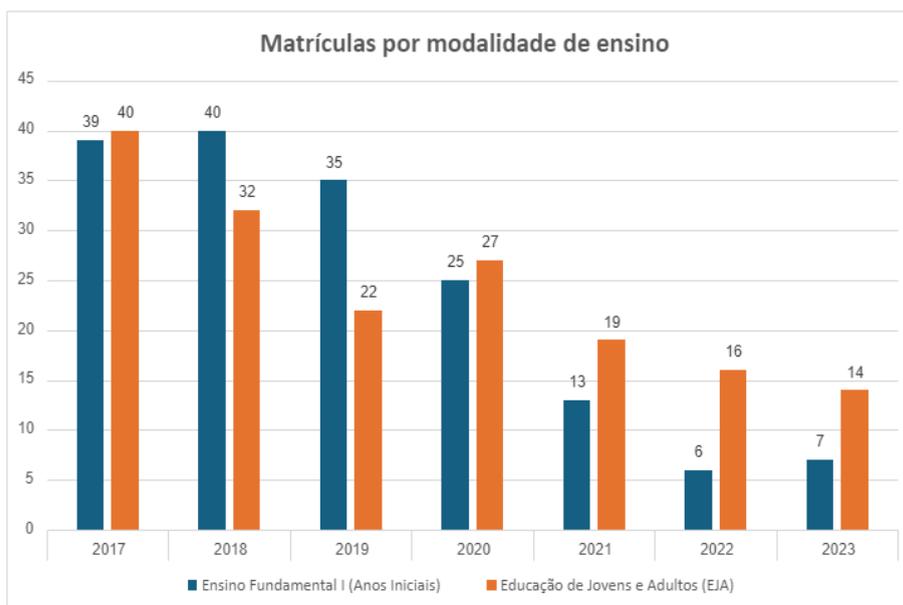
As imagens do mosaico acima resultam de um mutirão de graffiti organizado pelos coletivos Nós por Nós<sup>9</sup> e Point das Ratas<sup>10</sup> na praça da comunidade São Rafael. Após conversas informais com algumas moradoras, a artista Saia e o artista Kalu expressaram, por meio do graffiti, as reivindicações da comunidade, como mostrado nas imagens.

Como se vê no **Gráfico 2**, as matrículas no Ensino Fundamental (Anos Iniciais) apresentam uma queda mais expressiva comparando com as matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), saindo de 39 matrículas em 2017 para apenas 7 matrículas em 2023. Isso significa uma diminuição de 83% durante o período. Há também uma enorme redução nas matrículas após a pandemia da Covid-19, caindo 72% entre os anos de 2020 a 2023.

**Gráfico 2** - Matrículas totais por modalidade de ensino da EEEF São Rafael nos anos de 2017 a 2023.

<sup>9</sup> Coletivo artístico independente, sem fins lucrativos, que propaga a cultura do graffiti na cidade de João Pessoa.

<sup>10</sup> Coletivo paraibano de Graffiti e Caligrafia Urbana independente, formado por pessoas dissidentes de gênero.



**Fonte:** Adaptado de INEP (2024).

A partir desses dados, levantamos a hipótese de um possível estado de descrédito que a escola tem para a população local. Devido ao abandono e sucateamento da escola pelo Estado, cria-se a imagem de uma escola decadente e deficitária, gerando a insatisfação da comunidade, que acaba não matriculando as crianças e reivindicando o uso do espaço para outros fins mais efetivos. Esta hipótese converge com a fala de uma das informantes no trabalho de campo.

Outro fator que pode contribuir com a baixa procura por matrículas na escola é a oferta de apenas duas turmas de ensino fundamental I (1º e 2º ano) no período diurno. Essa limitação pode acarretar na saída dos estudantes para outras escolas que possuam as demais turmas.

Se a educação infantil e fundamental são questões latentes na São Rafael, não menos complexa é a situação da EJA. Ao restringir a oferta desta modalidade aos dois primeiros ciclos, na única escola da comunidade, os estudantes que desejavam prosseguir nos estudos tiveram que se deslocar para a escola mais próxima, localizada no bairro da Torre: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Cônego Mathias Freire. A distância entre a comunidade São Rafael e a escola Mathias Freire é de aproximadamente 1,5 km, conforme mostra a **Figura 10**:

**Figura 10:** Trajetos existentes entre a comunidade São Rafael e a Escola Municipal Cônego Mathias Freire no bairro da Torre.



Fonte: Google Maps

A figura acima mostra os trajetos existentes entre a comunidade São Rafael e a escola Mathias Freire. Para percorrer o trajeto mais curto (1,3 km), os estudantes atravessam o rio Jaguaribe pela ponte de ferro, passam pela comunidade Padre Hildon Bandeira, e seguem pela Avenida Ministro José Américo de Almeida até a escola. Nos outros dois trajetos, os estudantes percorrem a Avenida Dom Pedro II e atravessam algumas ruas do bairro da Torre até chegarem à escola.

Essa situação levou alguns estudantes a desistirem de estudar, uma vez que, em todos os percursos, a distância e a insegurança no caminho até a escola são fatores preocupantes. Os assaltos são recorrentes ao longo do caminho, e o terreno é bastante irregular, com ladeiras e vários obstáculos. Além disso, problemas de saúde impedem algumas pessoas de irem a pé.

Uma solução encontrada, foi a carona oferecida pelo motorista de um ônibus da prefeitura que transporta um aluno portador de deficiência, que mora no bairro de Mangabeira, até a escola Mathias Freire. No entanto, todos ficam dependentes dos horários estabelecidos pelo motorista e da presença do aluno que tem a prioridade do transporte. Segundo relato dos estudantes, há dias que o aluno não vai para a aula, e conseqüentemente, alguns também acabam não indo, pois não querem se arriscar ou não conseguem caminhar até a escola, o que causa alguns atritos com a direção da escola, que vez ou outra advertem os estudantes sobre as frequentes faltas.

Cerca de 20 estudantes da comunidade estudam na escola Mathias Freire e utilizam este ônibus, são jovens, adultos e idosos, homens e mulheres, negros, trabalhadores, com idades entre 18 e 65 anos, que após um cansativo dia de trabalho, deslocam-se para a escola, como “passageiros da noite” caminhando pelo direito à educação (Arroyo, 2017).

Aliado a tudo isso, também existe a disputa territorial envolvendo o Programa João Pessoa Sustentável que visa remover 226 famílias da comunidade São Rafael.

Caso a remoção se concretize, a demanda escolar da comunidade será afetada drasticamente, gerando consequências negativas como o fechamento da escola.

## 2.2 A Educação de Jovens e Adultos e a luta pelo direito à educação

*“Quando a gente tava aprendendo, chegou uma professora boa, o povo vai e tira. Não é não? A gente estava aprendendo já a ler. Aí tirou a professora daí, tão boa, era ótimo. Se eu não tivesse saído daí, eu teria aprendido a ler até hoje”.*

*(Joana<sup>11</sup>, informação verbal, 2024)*

O relato acima é de uma moradora da comunidade e ex-estudante da escola São Rafael. Ela lamenta ter precisado deixar a escola justamente quando estava prestes a aprender a ler. Esse relato é fruto de entrevistas realizadas com quatro estudantes da EJA, moradoras da comunidade São Rafael.

Por meio delas, buscamos conhecer um pouco de suas histórias de vida, trajetória escolar e descobrir suas principais dificuldades no acesso à educação dentro e fora da comunidade.

Ao examinar os relatos apresentados pelas moradoras, identificamos 5 categorias comuns a todos eles: trabalho, relação com a educação/escola, auto-imagem, dificuldades para acessar a educação, relação com a comunidade. Escolhemos essas categorias por se mostrarem essenciais para compreender as particularidades dos estudantes da EJA no contexto do direito à educação e da luta pelo território.

As estudantes entrevistadas são mulheres, negras, trabalhadoras, acima de 50 anos que partilham entre si o desejo de estudar. Estas alunas vivenciam marcadores sociais, raciais e de gênero comuns a estudantes da EJA espalhados pelo Brasil. De acordo com Arroyo:

As pessoas adultas, jovens ou adolescentes nas filas à espera de ônibus vêm também do trabalho, mas de outros trabalhos e de jornadas longas, cansativas [...] São os mesmos passageiros do amanhecer. Bem cedo se deslocaram dos bairros e das vilas para o trabalho nos “bairros-bens” como domésticas ou pedreiros, serventes, limpadores/as de ruas, escritórios, ou como serventes nas escolas, nos espaços públicos. Passageiros/as do amanhecer do início do dia para, no fim de tarde, no início da noite, irem para a EJA. (Arroyo, 2017, págs. 22-23).

Assim como os demais sujeitos citados por Arroyo, as estudantes entrevistadas ocupam os trabalhos mais precários e de remuneração mais baixa na escala de trabalho. São todas de origem camponesa, que desde a infância precisaram trabalhar nos campos ou nas cidades para sobreviver.

Em razão disso, de imediato, percebemos que a categoria 'trabalho' se entrelaça com a categoria 'relação com a educação/escola'. Quando questionadas sobre suas trajetórias escolares, as entrevistadas responderam:

Eu nunca estudei não, de pequena não. Eu vim estudar depois de grande. Eu nunca tive oportunidade. Fui criada na casa dos outros, trabalhando. Desde pequena, em casa de família. Eu

---

<sup>11</sup> Estudante, moradora da comunidade entrevistada em setembro de 2024.

vim estudar depois de grande. Já depois de idosa que eu vim estudar. (Marie<sup>12</sup>, informação verbal, 2024).

Minha mãe botou eu pra estudar desde de criança, assim, eu com uns seis anos, mais ou menos, já comecei a estudar. [...] Depois, quando eu fui crescendo, fui mais para o roçado trabalhar. Porque a gente na roça, trabalha muito no roçado, né? Desde de criança eu já tava fazendo as coisas. Algumas coisas. Aí, depois que eu vim aqui pra São Rafael, foi que eu voltei a estudar de novo. (Angela<sup>13</sup>, informação verbal, 2024).

Eu não estudava muito não. Eu ajudava muito, assim, minha mãe nos lajeiros. Pra lavar roupa. (Joana, informação verbal, 2024).

Eu também não estudei muito, porque minha mãe disse: vá trabalhar, porque senão você nem vai comer, nem vai vestir. Lá no interior, aos nove anos de idade eu fui. Nove anos ela botou eu pra ir, nove anos. (Tarsila<sup>14</sup>, informação verbal, 2024).

Os relatos acima revelam que o trabalho foi o principal motivo que impediu as entrevistadas de estudar durante a infância. De acordo com Nicodemos e Serra (2020), a inserção no mundo do trabalho é um dos principais fatores que afastam crianças e adolescentes da escola. Nesse contexto, o direito à educação foi negado a elas devido às limitações - em geral, econômicas - que enfrentaram durante a infância, adolescência e vida adulta.

Contudo, os trajetos que antes se limitavam a casa-trabalho-casa transformam-se, agora, na vida adulta e idosa, em caminhos para a mudança, movidos por um misto de esperança e incerteza (Arroyo, 2017). Quando indagadas sobre os motivos que as levaram a retomar os estudos, algumas responderam:

Porque antigamente eu não sabia nem pegar o ônibus, né? Quando eu não estudava. Não sabia nem ir ao comércio comprar as coisas. Não sabia o preço. Não sabia nada, né? E agora eu sei. Sei andar no ônibus. Sei pegar o ônibus. Sei ir no centro. Sei fazer minhas contas. Faço uma feira, sei fazer. E é bom, né? A pessoa estudar. Aprender mais alguma coisa. (Marie, informação verbal, 2024).

Pelo menos saber meu nome, fazer meu nome eu sei, né? Que não passo mais vergonha nos cantos. Quando é pra assinar o nome, essas coisas. Assim, o ônibus eu já conheço, os nomes do ônibus que eu vou pegar. Porque eu nem sabia o número do ônibus, as letras, não conhecia. Agora eu sei. (Angela, informação verbal, 2024).

Ainda de acordo com os relatos, percebemos que se realça entre elas um forte desejo de aprender a ler:

O meu sonho é aprender a ler. Escrever eu sei. Sei fazer meu nome todinho. Mas o importante é a pessoa aprender a ler. Porque é ruim demais a pessoa chegar nos cantos, olhar para os cantos, assim, não saber as letras. Não saber assim ler as palavras. (Joana, informação verbal, 2024).

---

<sup>12</sup> Estudante, moradora da comunidade entrevistada em setembro de 2024.

<sup>13</sup> Estudante, moradora da comunidade entrevistada em setembro de 2024.

<sup>14</sup> Estudante, moradora da comunidade entrevistada em setembro de 2024.

Não estudei nem quase nada. Acho que eu estudei a primeira série, depois não estudei nada. Aí, uma letra sabia, outra letra erro. Agora eu estou aprendendo mais. Se botar agora eu já sei mais alguma coisa, mas eu não sabia. (Tarsila, informação verbal, 2024).

Esses relatos nos oferecem uma perspectiva de como os saberes escolares ganham novos horizontes quando estão ligados às necessidades individuais dos educandos. De acordo com Arroyo:

A alfabetização, por exemplo, adquire outra qualidade em que a apropriação da leitura se vincula com uma nova condição humana, com a capacidade de se envolver e participar em novas práticas políticas, sociais e culturais. Isto é, de se desenvolver como sujeitos, de se humanizar. [...] Uma vinculação bem mais radical do que com as possibilidades do prosseguimento de séries, de passar no concurso... (Arroyo, 2005, pág. 230).

Dessa forma, percebemos que o acesso à educação abre portas para outros direitos, como a utilização de serviços públicos e a participação ativa e consciente na vida social. Para as estudantes, aprender a ler representa o acesso a direitos que antes lhes eram negados, fortalecendo a autoestima em suas atividades diárias e afastando a visão estigmatizada que têm de si mesmas.

Além disso, esse processo reflete a busca individual pelo conhecimento de cada estudante, bem como a luta coletiva pela libertação das injustiças e opressões que enfrentam. De acordo com Freire:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (Freire, 2011, pág. 42-43).

Reconhecendo os danos que a injustiça social causou em suas vidas desde a infância, estas senhoras não param de lutar pelo direito à educação e conquistar a tão sonhada liberdade que a leitura pode proporcionar.

Na categoria 'auto-imagem' observamos que algumas estudantes carregam consigo um sentimento de culpa por não conseguirem aprender os conteúdos ou por não terem estudado durante a infância:

Eu gosto de estudar. Pena que parece que eu não aprendo a ler não, meu irmão. A cabeça... Mas, tenho fé em Deus que eu vou aprender, né? Alguma coisa. [...] Minha menina queria me ensinar, mas às vezes eu ficava aperreada, a menina ensinava e depois eu esquecia o que ela tinha me explicado. Entendeu? Aí fica difícil, né? (Angela, informação verbal, 2024).

A gente só pensava em brincar. Mas meu pai botou a gente para estudar. A gente não queria aprender. Aí depois a gente não estudou mais. Eu me arrependo até hoje. Até hoje a pessoa se arrepende. (Joana, informação verbal, 2024).

De acordo com Arroyo (2017), a visão estigmatizada que carregam consigo, está relacionada com as imagens negativas e inferiorizadas que a sociedade projeta

sobre seus trabalhos e seus lugares de viver. Para o autor, é função da docência trabalhar essas auto imagens pessoais e coletivas de classe e raça, com o objetivo de construir imagens positivas de um outro projeto de cidade, de campo e de sociedade (Arroyo, 2017).

Voltado à categoria 'relação com a educação/escola', destaca-se a importância que a escola São Rafael teve na trajetória escolar das estudantes. Foi por meio da escola São Rafael que elas conseguiram retomar os estudos e tiveram seus primeiros contatos com a educação que lhes faltou anteriormente:

[...] Aí eu estudei no colégio São Rafael. Estudei uns três anos. Uns quatro para três anos. Depois não tinha mais minha série, aí eu saí. (Marie, informação verbal, 2024).

Depois que eu vim aqui pra São Rafael, foi que eu voltei a estudar de novo. Passei um tempão aqui estudando na São Rafael. [...] Eu aprendi aqui na São Rafael a escrever meu nome. Porque eu não sabia ler nada. Depois, aqui não tinha mais o estudo da gente, que a gente terminou, aí botou a gente lá para o Mathias, né? (Angela, informação verbal, 2024).

Estudei também na São Rafael. A gente passou foi tempo estudando ali. (Joana, informação verbal, 2024).

As estudantes também relataram o desejo de que a escola retomasse a oferta de vagas para a EJA nos ciclos em que estão inseridas, pois isso facilitaria seus estudos. O anseio de retornar aos estudos na escola São Rafael é expresso na fala de uma das entrevistadas a seguir:

Foi até o ciclo II que a gente estudou. Depois não teve mais vaga pra gente, pra estudar aí. Por isso que a gente saiu. Se tivesse, a gente ainda estava estudando até hoje. Mas não teve. [...] Era bom que voltasse, não é? Para a gente estudar lá de volta. (Joana, informação verbal, 2024).

Conforme os dados apresentados no tópico anterior (vide **Gráfico 2**), embora se observe uma tendência de redução, as matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) ultrapassaram as do Ensino Fundamental (Anos Iniciais) de 2020 a 2023, indicando um aumento na procura por parte dos moradores mais velhos pela ampliação dessa modalidade na escola. Além disso, a presença da escola dentro da comunidade transcende sua materialidade, alcançando também relações de pertencimento e ocupação do espaço pelos moradores.

Na categoria 'dificuldades para acessar a educação/escola', os relatos indicam que as maiores dificuldades estão relacionadas aos fatores trajeto e transporte. Como mencionado no tópico anterior, as estudantes precisam percorrer uma distância de aproximadamente 1,5 km (veja **Figura 10**) para chegar à escola. Essa situação levou-as a receber uma 'carona' em um ônibus da prefeitura, que é responsável pelo transporte de um aluno com deficiência que reside no bairro de Mangabeira até a escola.

Entretanto, a carona oferecida pelo motorista do ônibus é repleta de dificuldades:

[...] Porque, às vezes, a gente vai pra ali, o ônibus não passa. Não vem. E a gente volta. Aí, eu disse mesmo a professora, eu só vou quando o ônibus vier, porque eu não aguento, porque eu tenho dor nos ossos, né? Aí não posso ir de pé. (Angela, informação verbal, 2024).

É, é. Que é longe, né não? A sorte da gente é que tem um ônibus pra levar a gente. Se não tivesse em? Amanhã a gente já não vai. Porque já não tem ônibus. A gente já não vai mais. Só quinta-feira. (Joana, informação verbal, 2024).

Se a gente for andando é ruim porque a gente tem que ficar lá do outro lado da Pedro II para pegar o ônibus e voltar para casa. Porque essa hora a gente ainda fica lá na parada. Eu só acho ruim não é nem ir. É vir. Essa hora, 21h30 da noite, os ônibus demoram a passar. E pra voltar andando é pior. É esquisito, né? (Tarsila, informação verbal, 2024).

Como evidenciado nos relatos, as estudantes não têm prioridade no transporte, mesmo sendo alunas da mesma escola que o aluno de Mangabeira. Por um lado, não conseguem estudar na escola mais próxima de suas casas devido à falta de vagas na série em que estão; por outro, não encontram apoio para prosseguir seus estudos nas outras escolas da região. Essa situação pode aumentar a desmotivação para continuar os estudos e, conseqüentemente, contribuir para a evasão escolar dessas estudantes.

Por fim, na categoria 'relação com a comunidade', os relatos das estudantes indicam que suas conexões com a comunidade São Rafael começaram quase simultaneamente:

Quando eu vim morar não tinha calçamento ainda, era no barro. Não tinha algumas casas. Depois foram fazendo mais algumas casas. Aí foi melhorando. Aí botaram o esgoto que não tinha. (Marie, informação verbal, 2024).

Quando eu cheguei não tinha o calçamento aqui. Tinha uns pés de banana na frente da minha casa. Tinha tipo um cacimbão, né? Que o pessoal tirava água de lá, na rua, na frente da casa. Aí depois a comunidade foi crescendo. Foi ficando do jeito que está agora. Tinha bem menos casas. [...] Eu passava, em cima daquela ponte ali do outro lado, no rio. Era uma ponta feita com tábuas, tá entendendo? Pra passar, pra atravessar pro outro lado. Não era aquela ponte de ferro, não. (Angela, informação verbal, 2024).

Eu só vim pra cá por causa da minha sogra, que a minha sogra morava aqui, entende? [...] Meu marido trabalhou muitos anos, aí ganhou um dinheirinho, a gente foi comprar um terreninho aqui e ficou até hoje. [...] E quando eu cheguei, lá no outro lado, a ponta era de madeira, de tábuas. Não tinha essa ponta de ferro, não. Era de tábua. Quando chovia, era um trabalho para os meninos ir para o colégio, tinha que arruinar tudo isso pra ir pela Pedro II. (Joana, informação verbal, 2024).

Residindo na comunidade há décadas, elas testemunharam inúmeras conquistas coletivas de diversos direitos básicos que melhoraram as condições de vida dos moradores. Além disso, estabeleceram laços profundos de pertencimento e afetividade com a comunidade e os demais moradores.

Ao serem questionadas sobre como vêem o programa João Pessoa Sustentável, apenas duas entrevistadas responderam. Percebemos uma divergência em suas respostas, expressas da seguinte forma:

O projeto eu não gosto muito não. Não gostei não porque quer tirar o povo daqui da rua. Querem tirar o povo que já mora há muito tempo aqui. Aí quer tirar para botar num lugar

pior. Não achei bom não esse projeto. O povo tem suas casas, mora nas suas casas há muito tempo. Aí agora quer tirar o povo para botar no canto pior do que aqui. E aqui é bom morar. Aqui onde eu moro é bom porque o rio não chega a água aqui. Só chega lá embaixo na casa do povo, mas nem todas as casas chegam. (Marie, informação verbal, 2024).

Não. Assim... eu vejo falar, né? Mas pra conhecer assim... só escuto o pessoal falando. [...] Acho o projeto bom, né? Porque também eu não participo, né? Não tenho muito conhecimento. Só vejo o pessoal falando. Comentando que é bom. (Angela, informação verbal, 2024).

Esses relatos revelam o grau de proximidade das moradoras com as ações do projeto. Como mencionado no primeiro tópico deste trabalho, o programa não estabelece um diálogo claro com os moradores da comunidade, gerando incertezas e dúvidas sobre suas iniciativas. Os moradores que mantêm um contato mais próximo com os atores de resistência da comunidade, como o Instituto Voz Popular, desenvolvem uma compreensão mais clara sobre a realidade do programa e seus impactos na comunidade.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos resultados obtidos na pesquisa, observamos que o cerceamento do direito à educação na comunidade São Rafael se constitui como mais um fator que contribui para a segregação espacial e socioeconômica dos moradores diante do processo de desterritorialização em andamento.

Além disso, o descaso com as escolas públicas e com a EJA nas periferias, conforme aponta Arroyo (2017), reflete o abandono do Estado em relação a essas regiões, afetando também os trabalhadores em situação de vulnerabilidade. A falta de diálogo com os moradores sobre o programa João Pessoa Sustentável e o descaso com a escola pública local são duas manifestações desse abandono por parte do poder público (ou projeto?), representado pelo governo do estado e pela prefeitura, em relação à comunidade São Rafael.

Propomos, portanto, uma reforma estrutural e educacional na escola São Rafael, para que ela recupere sua função de educar as crianças, jovens e adultos da comunidade. Primeiro, uma reforma em sua estrutura, que proporcione a ampliação do espaço da escola, gerando aumento no número de turmas oferecidas, e conseqüentemente, no número de vagas totais. Aliado a isso, a abertura de um diálogo ativo e permanente com os moradores, por parte das instâncias educacionais, com objetivo de conhecer quais são as reais necessidades educacionais da comunidade. Os dados do Censo Escolar e as entrevistas realizadas com as estudantes da EJA, comprovam que há demanda escolar na comunidade esperando para ser atendida.

Ao analisar as categorias apresentadas nas entrevistas, percebemos que certas situações se tornam obstáculos ainda maiores para os(as) estudantes da EJA na comunidade, como as condições de trabalho precárias, a evasão escolar, a distância até a escola, as dificuldades de trajetória e transporte, além de uma autoimagem depreciativa. Também é visível o acúmulo de negação de direitos para essas estudantes. Desde a infância elas são impedidas de acessarem seus direitos sociais mais básicos, como educação, moradia, saúde, trabalho, lazer, segurança, transporte, entre outros. Dessa forma, evidencia-se a falha do Estado em garantir aos moradores da comunidade o pleno exercício de seus direitos

sociais, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, no capítulo II, artigo 6º (BRASIL, 1988).

Entretanto, foi possível observar o caráter transformador e libertador que a educação promove na vida destes estudantes. Apesar das dificuldades impostas, este coletivo se afirma como mais um ator de resistência na comunidade. Enfrentando todas as barreiras para acessar a educação, um direito que lhes pertence, eles transmitem uma mensagem de força e esperança para os moradores.

Por fim, ressaltamos que a comunidade São Rafael reafirma, mais uma vez, seu papel como um *locus* de formação humana e resistência, acolhendo em seu território experiências significativas no âmbito da educação e da coletividade, e deixando um legado de luta do povo periférico pelos seus territórios.

Encarar o desafio e a responsabilidade de escrever este trabalho sendo morador da comunidade São Rafael foi uma experiência enriquecedora. Pesquisar sobre o contexto histórico e geográfico da comunidade sempre despertou meu interesse ao longo da minha trajetória acadêmica. Neste trabalho, pude realizar-me como estudante e aprofundar-me em temas mais sensíveis e transformadores. Aproximar-me dos estudantes da EJA da comunidade me permitiu enxergar o verdadeiro potencial libertador da educação e da luta por direitos. Sinto que agora faço parte da história da comunidade, tornando-me uma parte intrínseca do seu território. Tornei-me mais um ator de resistência na luta pelo território e pela educação!

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempo de exclusão. In: **Construção coletiva**: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005. p. 221-230. (Coleção educação para todos).

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

BID (Banco Interamericano de Desarrollo), PMJP (Prefeitura Municipal de João Pessoa), CAIXA, Fundo Socioambiental. Plano de Ação João Pessoa Sustentável. João Pessoa, 2014. Disponível em: <<https://webimages.iadb.org/PDF/Joao+Pessoa+Action+Plan.pdf>> Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2015]. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o.)> Acesso em: 14/11/2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo escolar da educação básica: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2017 (Atualizado em 8/3/2023). **Portal do INEP**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>> Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo escolar da educação básica: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2018 (Atualizado em 8/3/2023). **Portal do INEP**. Brasília, 2023.

Disponível em:  
<<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>> Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo escolar da educação básica: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2019 (Atualizado em 8/3/2023). **Portal do INEP**. Brasília, 2023. Disponível em:  
<<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>> Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo escolar da educação básica: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2020 (Atualizado em 8/3/2023). **Portal do INEP**. Brasília, 2023. Disponível em:  
<<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>> Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo escolar da educação básica: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2021 (Atualizado em 8/3/2023). **Portal do INEP**. Brasília, 2023. Disponível em:  
<<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>> Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo escolar da educação básica: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2022. **Portal do INEP**. Brasília, 2023. Disponível em:  
<<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>> Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo escolar da educação básica: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2023. **Portal do INEP**. Brasília, 2023. Disponível em:  
<<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>> Acesso em: 25 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia. Porto Alegre, v.29, n.1, p.(11-24), jan, 2003. Disponível em:  
<<https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38739>>. Acesso em: 14/11/2024.

\_\_\_\_\_. **TERRITÓRIO**. GEOgraphia, Niterói, v. 25, n. 55, p. (1-7), 18 dez. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/61073>>. Acesso em: 14/11/2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Aglomerados Subnormais. Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em:  
<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd\\_2010\\_aglomerados\\_subnormais.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf)> Acesso em: 18 out. 2024.

\_\_\_\_\_. Panorama Censo 2022. Mapas. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <[https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=&recorte=setores\\_censitarios](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=&recorte=setores_censitarios)> Acesso em: 18 out. 2024.

INSTITUTO VOZ POPULAR. Início. João Pessoa, 2018. Disponível em: <<https://institutovozpopular.webnode.page/>> Acesso em: 18 out. 2024.

\_\_\_\_\_. Histórico. João Pessoa, 2018. Disponível em: <<https://institutovozpopular.webnode.page/>> Acesso em: 18 out. 2024.

LUCENA, Sarah Araújo de. **A implantação de um banco comunitário de desenvolvimento um estudo sobre o processo organizativo comunitário**. João Pessoa, 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado Gestão em Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. págs. 67-79. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5898/1/arquivototal.pdf>> Acesso em: 17 out. 2024.

NASCIMENTO, Ana Caroline Aires Vieira do. **A construção do informal: uma análise morfológica das favelas da cidade de João Pessoa**. 2012. 259 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <[https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5496?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5496?locale=pt_BR)> Acesso em 17 out. 2024.

NICODEMOS, A., SERRA, E. Educação de Jovens e Adultos em contexto pandêmico: entre o remoto e a invisibilidade nas políticas curriculares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 3, p. 871-892, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss3articles/nicodemosserra.pdf>> Acesso em: 17 out. 2024.

PMJP (Prefeitura Municipal de João Pessoa). **Revisão do Plano de Reassentamento e Relocalização - PDRR**. João Pessoa, 2020. Disponível em: <<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Plano-Diretor-de-Reassentamento-e-Relocalizacao-PDRR-SET.2020.pdf>> Acesso em: 18 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização - PERR: Comunidade São Rafael**. João Pessoa, 2024. Disponível em: <[https://jpsustentavel.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/2024\\_05\\_14\\_PERR\\_SR\\_rev5-1-4.pdf](https://jpsustentavel.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/2024_05_14_PERR_SR_rev5-1-4.pdf)> Acesso em: 18 out. 2024.

SOUZA, Ana Lúcia Batista de. **A MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE EM PROL DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA**. João Pessoa, 2013. 39 f. Monografia (Curso de Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <[https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/4079?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/4079?locale=pt_BR)> Acesso em: 18 out. 2024.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A** - Entrevistas com as estudantes da EJA da comunidade  
**Roteiro das entrevistas**

1. Entrada/relação com a comunidade - João Pessoa Sustentável
  - a. Quando chegou à comunidade? Com quem? Como era nesse período?
  - b. Como vê o projeto João Pessoa Sustentável?
2. Trajetória escolar
  - a. Conte-me um pouco da sua relação com a educação/escola (até onde estudou, por que parou, quando retornou, por quê)
3. Principais dificuldades/desafios do acesso à escola/educação
  - a. Transporte - ida e volta à escola
  - b. Metodologia de ensino
  - c. Conteúdos
  - d. Cansaço/saúde-doença
  - e. Tempo
  - f. etc

### ENTREVISTA 01

**Entrevistador:** Como foi a entrada da senhora na comunidade São Rafael? Quando a senhora chegou à comunidade?

**Marie:** Eu cheguei à comunidade quando eu vim morar na comunidade. Quando eu vim morar não tinha calçamento ainda, era no barro. Não tinha algumas casas. Depois foram fazendo mais algumas casas. Aí foi melhorando. Aí botaram o esgoto que não tinha.

**Entrevistador:** Em que ano a senhora chegou?

**Marie:** Eu não sei o ano que eu cheguei. Não lembro.

**Entrevistador:** A senhora veio acompanhada com alguém ou veio sozinha?

**Marie:** Eu vim com meu marido e com meus filhos.

**Entrevistador:** Tem alguma coisa que a senhora lembra mais de como era a comunidade nesse tempo?

**Marie:** Não, era só isso mesmo. Já tinha muita coisa aí. Só não tinha o calçamento, mas já tinha as casas. Só não tinha calçamento, nem esgoto. Depois foi o que o presidente fez.

**Entrevistador:** Que presidente?

**Marie:** Alexandre, presidente da comunidade. Ele batalhou para fazer o calçamento. Aí ele fez o calçamento. Ele fez o esgoto que não tinha.

**Entrevistador:** Já tinha a escola São Rafael?

**Marie:** Já, mas não era escola ainda, parece. Morava um povo lá. Aí depois foi que o povo foram para morar nas casas e ficou a escola. Ai botaram a escola.

**Entrevistador:** Como é que a senhora vê o projeto João Pessoa Sustentável?

**Marie:** O projeto eu não gosto muito não. Não gostei não porque quer tirar o povo daqui da rua. Querem tirar o povo que já mora há muito tempo aqui. Aí quer tirar para botar num lugar pior. Não achei bom não esse projeto. O povo tem suas casas, mora nas suas casas há muito tempo. Aí agora quer tirar o povo para botar no canto pior do que aqui. E aqui é bom morar. Aqui onde eu moro é bom porque o rio não chega a água aqui. Só chega lá embaixo na casa do povo, mas nem todas as casas chegam.

**Entrevistador:** Conte-me um pouco da sua relação com a educação. Até onde a senhora estudou, por que parou e quando voltou a estudar? E por que a senhora voltou?

**Marie:** Eu nunca estudei não, de pequena não. Eu vim estudar depois de grande. Eu nunca tive oportunidade de estudar não. Fui criada na casa dos outros, trabalhando. Desde pequena, em casa de família. Eu vim estudar depois de eu grande. Já depois de idosa já, eu vim estudar. Aí eu estudei no colégio São Rafael ali. Estudei uns três anos. Uns quatro para três anos. Aí depois não tinha mais minha série, aí eu saí. Estou estudando agora lá no Mathias, na Torre.

**Entrevistador:** Por que a senhora voltou a estudar? Qual foi a vontade, a motivação que deu na senhora?

**Marie:** Porque eu quis, para aprender mais um pouco. Estudar para aprender, né? Aprender a ler, assinar meu nome. Aprender a ler alguma coisa. Que é bom, né? A pessoa saber alguma coisa. Porque antigamente eu não sabia nem pegar o ônibus, né? Quando eu não estudava. Não sabia nem ir ao comércio comprar as coisas. Não sabia o preço. Não sabia nada, né? E agora eu sei. Sei andar no ônibus. Sei pegar o ônibus. Sei ir no centro. Sei fazer minhas contas. Faço uma feira, sei fazer. E é bom, né? A pessoa estudar. Aprender mais alguma coisa.

**Entrevistador:** Quais são as principais dificuldades que a senhora enfrenta para acessar a educação? Ou acessar a escola?

**Marie:** Não tem muita dificuldade não, porque a gente vai no ônibus. Tem o ônibus que leva. Leva a gente e traz. Não tem muita dificuldade para ir. O ônibus leva e traz a gente.

**Entrevistador:** Sim, fora o transporte. Tem alguma outra dificuldade que a senhora enfrenta na escola? Alguma coisa que a senhora enfrenta no dia a dia que pode dificultar para ir para a escola ou para estudar?

**Marie:** Não. Tem dificuldade não.

**Entrevistador:** A senhora gosta da forma que a professora ensina os assuntos? A senhora consegue aprender?

**Marie:** Sim, eu só não gosto muito de conta. Conta eu não sei muito não. Mas o resto... Eu só não sou muito boa em conta.

**Entrevistador:** Em relação ao cansaço, a doença, a senhora tem alguma dificuldade com isso?

**Marie:** Não, tem não.

**Entrevistador:** O tempo da aula é bom?

**Marie:** É.

**Entrevistador:** Então, no geral, a senhora não tem muitas dificuldades, né?

**Marie:** Não.

## ENTREVISTA 02

**Entrevistador:** Quando foi que a senhora chegou na comunidade? Com quem a senhora chegou?

**Angela:** Eu cheguei quando eu me casei. Já vim direto pra cá, casada já. Morava no interior. Lá no sítio. Aí casei e vim aqui pra comunidade, morar aqui na comunidade.

**Entrevistador:** Qual era o sítio em que a senhora morava?

**Angela:** Era Cachoeirinha, município de Mulungu.

**Entrevistador:** A senhora lembra o ano que chegou aqui?

**Angela:** Lembro não. O ano eu lembro não.

**Entrevistador:** Como era a comunidade nesse tempo que a senhora chegou?

**Angela:** Quando eu cheguei não tinha o calçamento aqui. Tinha uns pés de banana na frente da minha casa. Tinha tipo um cacimbão, né? Que o pessoal tirava água de lá, na rua, na frente da casa. Aí depois a comunidade

foi crescendo. Foi ficando do jeito que está agora. Tinha bem menos casas. Eu acho que agora tem muito mais. Eu passava, em cima daquela ponte ali do outro lado, no rio. Era uma ponta feita com tábuas, tá entendendo? Pra passar, pra atravessar pro outro lado. Não era aquela ponte de ferro, não.

**Entrevistador:** Já tinha a escola São Rafael neste tempo?

**Angela:** Já. Já tinha a escola São Rafael quando eu cheguei.

**Entrevistador:** A senhora conhece o projeto João Pessoa Sustentável que está tendo aqui na comunidade?

**Angela:** Não. Assim... eu vejo falar, né? Mas pra conhecer assim... só escuto o pessoal falando.

**Entrevistador:** O que a senhora acha desse projeto? Pelo que a senhora escuta?

**Angela:** Acho o projeto bom, né? Porque também eu não participo, né? Não tenho muito conhecimento. Só vejo o pessoal falando. Comentando que é bom.

**Entrevistador:** Como foi a trajetória escolar da senhora, como foi que aconteceu? Até quando a senhora estudou? Por que parou? Por que voltou de novo?

**Angela:** Ah, eu morava no interior. Aí minha mãe botou eu pra estudar desde de criança, assim. Eu com uns seis anos, mais ou menos, já comecei a estudar. Mas só que eu não aprendi muito. Porque eu ia, mas eu não aprendi. Não sei por quê, né? Porque a cabeça acho que não é muito boa mesmo. Aí depois, quando eu fui crescendo, fui mais para o roçado trabalhar. Porque a gente na roça, trabalha muito no roçado, né? Desde de criança eu já tava fazendo as coisas, né? Algumas coisas. Aí, depois que eu vim aqui pra São Rafael, foi que eu voltei a estudar de novo. Mas eu parei. Porque eu estudava mais à noite. Porque de dia trabalhava. Eu já de maior, né? De dia trabalhava e à noite eu ia estudar lá no colégio, mas só ia dormir. Cochilava mais do que tudo. Dormia, viu, irmão? Dormia. Cansaço, né, irmão? Cansaço. Aí depois vim aqui pra comunidade. Casei, né? Vim pra cá. Aí comecei a estudar. As meninas me chamando pra ir, eu peguei e fui, né? Me matriculei e até hoje tô indo, né? Eu aprendi alguma coisa, viu, irmão? Porque eu não sabia fazer nem meu nome. E agora, graças a Deus, eu sei fazer meu nome. Sei fazer algumas coisas, né, irmão?

**Entrevistador:** Aí, quando a senhora retornou, foi primeiro pra escola São Rafael?

**Angela:** Foi, primeiro pra São Rafael. Eu estudei logo aqui na São Rafael. Passei um tempão aqui estudando na São Rafael. Aí depois, aqui não tinha mais o estudo da gente, que a gente terminou, aí botou a gente lá pra o Mathias, né? Mathias Freire.

**Entrevistador:** Quais são as principais dificuldades que a senhora enfrenta para acessar a educação? Ou acessar a escola?

**Angela:** Pra ir, assim, pra escola?

**Entrevistador:** Pra ir ou dificuldade no ensino, no conteúdo, no transporte?

**Angela:** Assim, no transporte, né? Porque, às vezes, a gente vai pra ali, o ônibus não passa. Não vem. E a gente volta. Aí, eu disse mesmo a professora, eu só vou quando o ônibus vier, porque eu não aguento, porque eu tenho dor nos ossos, né? Aí não posso ir de pé. Tem que ir pra lá. Mas, é bom, a pessoa estudar. Agora, a gente vai ter que ir direto, a semana toda, porque não pode faltar mais, né, irmão? É fim do ano já.

**Entrevistador:** Fora o transporte, tem mais alguma coisa que a senhora acha que é uma dificuldade?

**Angela:** É, às vezes, o que pega é a distância também. Assim, da minha casa pra cá, eu acho muito distante pra vir. Porque tenho um problema nos ossos, Aí, fica difícil.

**Entrevistador:** Sobre a escola e o ensino, a senhora gosta?

**Angela:** Ah, o ensino eu gosto. É muito bom.

**Entrevistador:** A escola é boa também?

**Angela:** É, é. Muito bom lá no colégio, lá. As professoras tudo bom. Eu gosto de estudar. Pena que parece que eu não aprendo a ler não, meu irmão. A cabeça... Mas, tenho fé em Deus que eu vou aprender, né? Alguma coisa. Quando eu vim pra São Rafael, eu não sabia ler nada. Não sabia nem o meu nome. Eu aprendi aqui na São Rafael a escrever meu nome. Porque eu não sabia ler nada, nada, não sabia de nada. Letra nenhuma, não conhecia. Entendeu? Era difícil. Minha menina queria me ensinar, mas às vezes eu ficava aperreada, a menina ensinava e depois eu esquecia o que ela tinha me explicado. Entendeu? Aí fica difícil, né?

**Entrevistador:** Mas desde o tempo da São Rafael, até agora no Matias, a senhora já aprendeu bastante!

**Angela:** Bastante, é. Pelo menos saber meu nome, fazer meu nome eu sei, né? Que não passo mais vergonha nos cantos. Quando é pra assinar o

nome, essas coisas. Assim, o ônibus eu já conheço, os nomes do ônibus que eu vou pegar. Porque eu nem sabia o número do ônibus, as letras, não conhecia. Agora eu sei.

### **ENTREVISTA 03**

**Entrevistador:** Quando foi que a senhora chegou à comunidade São Rafael? A senhora lembra o ano? Com quem chegou?

**Joana:** O ano eu não lembro não visse. Porque já faz mais de 30 anos, vai fazer 40 anos que eu moro aqui já. As minhas meninas era tudo pequenininhas quando eu cheguei pra morar aqui, minha menina já tem 32 anos, a mais nova e a mais velha tem 33. Aí eu só vim pra cá por causa da minha sogra, que a minha sogra morava aqui, entende? Aí eu conheci a São Rafael por causa dela, por causa do meu marido e a minha sogra morava aqui, aí eu sempre vinha pra casa dela. Mas eu sempre morei lá na torre. Morava na torre naquele tempo. Meu marido trabalhou muitos anos, aí ganhou um dinheirinho, a gente foi comprar um terreninho aqui e ficou até hoje. A minha casa era muito pequenininha, né? Aí eu passei pra uma maior, que foi da minha sogra, passei pra uma casinha maior.

**Entrevistador:** Como era a comunidade nesse tempo que a senhora chegou?

**Joana:** Naquele tempo não era calçada, não, era só a rua de barro. Só a rua de barro, somente.

**Entrevistador:** Já haviam muitas casas nesse tempo?

**Joana:** Muita, não tinha, não. Tinha poucas casas.

**Entrevistador:** Já tinha a escola São Rafael?

**Joana:** Não, tinha não. Era tipo um galpão. Depois que começou esse calçamento, aí inventaram isso. Mas não, era tipo um lugar que o povo parece que criava bicho lá. Nesse galpão. E quando eu cheguei, lá no outro lado, a ponta era de madeira, de tábuas. Não tinha essa ponta de ferro, não. Era de tábua. Quando chovia, era um trabalho para os meninos ir para o colégio, tinha que arruinar tudo isso pra ir pela Pedro Segundo.

**Entrevistador:** Até quando a senhora estudou? A senhora já tinha estudado antes?

**Joana:** Lá no interior eu não estudava não.

**Entrevistador:** Qual era o seu interior?

**Joana:** Dona Inês. Eu não estudava muito não. Eu ajudava muito, assim, minha mãe nos lajeiros. Pra lavar roupa. A gente só pensava em brincar. Mas meu pai botou a gente para estudar. A gente não queria aprender. Aí depois a gente não estudou mais, não. Eu me arrependo até hoje. Até hoje a pessoa se arrepende.

**Entrevistador:** Tinha escola lá?

**Joana:** Tinha uma escolinha lá. Mas eu nem pensava em estudar. Só pensava em brincar quando era criança.

**Entrevistador:** A senhora voltou a estudar quando veio para cá para João Pessoa?

**Joana:** Assim, acho que quando eu comecei a estudar... a primeira vez que eu estudei foi lá no Mathias, lá na torre. Mas eu não morava aqui não. Eu morava lá na torre. Lá na casa da minha mãe, ali na Vila Vicentina. Aí eu estudei. Estudei, mas não passei muito tempo no colégio, não. Porque eu fui trabalhar nas casas do povo. Aí não tinha tempo de estudar de noite. Aí eu não passei muito tempo no colégio. Só passei um ano. Não aprendi nadinha. Não aprendi nada. Só aprendi a fazer meu nome. Depois de velha, estou estudando agora de novo.

**Entrevistador:** A senhora já estudou na escola São Rafael?

**Joana:** Estudei também na São Rafael. A gente passou foi tempo estudando ali. Foi eu e as meninas. Era bom que voltasse, não é? Para a gente estudar lá de volta.

**Entrevistador:** A senhora voltou a estudar por quê? Qual é a vontade da senhora?

**Joana:** Eu tenho a maior vontade de aprender a ler. É isso que eu quero. Não é, não? Meu sonho é aprender a ler. Mas eu vou aprender. Deus é maior que eu aprendo. Aprendo. O meu sonho é aprender a ler. Escrever eu sei. Sei fazer meu nome todinho. Mas o importante é a pessoa aprender a ler. Porque é ruim demais a pessoa chegar nos cantos, olhar para os cantos, assim, não saber as letras. Não saber assim ler as palavras. O meu sonho é aprender a ler e pronto. Se Deus quiser, um dia eu aprendo. Deus é maior.

**Entrevistador:** Quais são as principais dificuldades que a senhora enfrenta para ir para a escola e para acessar a educação?

**Joana:** É porque a pessoa chega tão cansada do trabalho. Não é, não? Eu vou a força, mas eu vou. Mesmo assim, eu vou. É que eu passo o dia todo trabalhando. Ainda chega de noite e vou para o colégio. Não é muita gente

que vai para o colégio não de noite. A pessoa já passa o dia todo trabalhando. Ainda chega de noite e vai. Mas eu vou. Eu consigo e vou.

**Entrevistador:** Fora o cansaço, tem outra coisa também que a senhora acha que dificulta ou que é um desafio assim para ir?

**Joana:** Não. Eu tenho vontade de ir. Ainda bem. Graças a Deus. Quando eu chego assim muito cansada, aí eu não vou, não. Mas quando eu tenho coragem, eu vou.

**Entrevistador:** A senhora tem gostado de ir lá?

**Joana:** É bom demais.

**Entrevistador:** Está conseguindo aprender?

**Joana:** Melhor que nesse São Rafael aí, que a gente estudou, a professora não ensinava nada. Não é não, meninas? Por isso que a gente não aprendeu a ler muito. Quando a gente tava aprendendo, chegou uma professora boa, o povo vai e tira. Não é não? A gente estava aprendendo já a ler. Aí tirou a professora daí tão boa, era ótimo. Se eu não tivesse saído daí, eu teria aprendido a ler até hoje.

**Entrevistador:** Qual foi o último ano que vocês estudaram lá? Você lembra?

**Joana:** Foi até o ciclo 2 que a gente estudou. Depois não teve mais vaga pra gente, pra estudar ai. Por isso que a gente saiu. Se tivesse, a gente ainda estava estudando até hoje. Mas não teve.

**Entrevistador:** Entendi.

**Joana:** Aí foi o jeito da gente ir lá para o Mathias.

**Entrevistador:** Se tivesse aí, vocês prefeririam estudar aí?

**Joana:** É, porque é em cima de casa. Perto de mim. Perto de casa.

**Entrevistador:** Isso pode ser uma dificuldade também que vocês acham que é pra estudar?

**Joana:** É, é. Que é longe, né não? A sorte da gente é que tem um ônibus pra levar a gente. Se não tivesse em? Amanhã a gente já não vai. Porque já não tem ônibus. A gente já não vai mais. Só quinta-feira. Se a gente for, se Deus quiser.

**Entrevistador:** Quando foi que você chegou à comunidade, com quem chegou, como era nesse tempo?

**Tarsila:** Nesse tempo eu morava lá no interior, Alagoa Nova, depois de Campina Grande. Lá não tem trabalho, é ruim, porque só tem plantação de feijão e arroz, não tem nada. Aí a minha irmã disse que arrumou um emprego pra mim aqui. E eu vim morar aqui em João Pessoa.

**Entrevistador:** Como era a comunidade quando a senhora veio morar aqui?

**Tarsila:** Quando eu vim morar, já tinha essas casas tudinho. Já tinha.

**Entrevistador:** Já tinha calçamento, tudo?

**Tarsila:** Tinha. Só onde eu moro que não tinha. Onde eu moro era tudo de terra, de barro.

**Entrevistador:** Essas ruas principais aqui, já tinha tudo?

**Tarsila:** Já tinha.

**Entrevistador:** Como foi a trajetória escolar da senhora? A senhora estudou quando era criança?

**Tarsila:** Sabe como foi? Eu também não estudei muito, porque minha mãe disse: vá trabalhar, porque senão você nem vai comer, nem vai vestir. Lá no interior, nove anos de idade eu fui. Nove anos ela botou eu pra ir, nove anos.

**Entrevistador:** Desde esse tempo que a senhora nunca estudou?

**Tarsila:** Eu ia para a escola, mas não aprendi nada. De noite, de noite já estava muito cansada, porque a pessoa com nove anos já trabalhava na residência dos outros.

**Entrevistador:** A senhora ia para a escola de noite, com nove anos?

**Tarsila:** Era. De noite. Depois que terminava o serviço na casa da mulher que eu ia pra escola. Eu trabalhei lá no interior, ganhava quase nada também meu Deus.

**Entrevistador:** A senhora estudou até quando?

**Tarsila:** Não estudei nem quase nada. Acho que eu estudei a primeira série, depois não estudei nada. Aí, uma letra sabia, outra letra erro. Sei uma letra. Agora eu estou aprendendo mais. Se botar agora eu já sei mais alguma coisa, mas eu não sabia.

**Entrevistador:** A senhora voltou a estudar quando de novo?

**Tarsila:** Depois de velha aqui na comunidade. Porque nem nos trabalhos não deixavam eu ir. Não deixavam eu ir o povo das residências. Aí sabe porque eu já não aprendi também, porque eu comecei esse emprego na universidade. Eu trabalho lá no restaurante. Aí era pra eu trabalhar de dia, o povo botava para trabalhar de noite, nas empresas que entrava, aí eu chegava de nove horas um pouco. Aí eu me matriculava e quase não ia. Quando eu chegava eram nove horas, já tava terminando a aula. Se não já tinha terminado mesmo, aprendido tudo. Tem hora que eu leio um negócio, mas erro o outro, as letras assim, a dificuldade é com as letras.

**Entrevistador:** Aí hoje a senhora voltou para tentar aprender, né?

**Tarsila:** Sim. É que nem ela disse, a gente se arrepende. A gente ainda nem terminou nada. Para mim só foi luta.

**Entrevistador:** Qual é a principal dificuldade que a senhora tem?

**Tarsila:** Chega no colégio, dá vontade de dormir, não dá não? Um sono que dá.

E o transporte também. Se a gente for andando é ruim porque a gente tem que ficar lá do outro lado da Pedro Segundo para pegar o ônibus e voltar para casa. Porque essa hora a gente ainda fica lá na parada. Eu só acho ruim não é nem ir. É vir. Essa hora, 21h30 da noite, os ônibus demoram a passar. E pra voltar andando é pior. É esquisito, né?